

2016
2020

PPI

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

UNIFAE



LEI Nº 140/65

UNIFAE
Projeto Pedagógico Institucional

CORPO DIRIGENTE

REITOR

Prof. Dr. Marco Aurélio Ferreira

VICE-REITORA

Profa. Dra. Anita Bellotto Leme Nagib

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Me. Luis Carlos Evaristo

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Prof. Dra. Laura Ferreira de Rezende Franco

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Profa. Dra. Anita Bellotto Leme Nagib

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Prof. Dra. Alice Perucchetti Orrú

SECRETARIA GERAL

Célia Madalena Thomé Blasi

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

Sumário

1	PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL ¹ (PPI).....	4
1.1	Inserção regional do UNIFAE.....	4
1.2	Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais.....	7
1.3	Políticas acadêmicas: ensino – pesquisa – extensão.....	12
1.3.1	Políticas de Ensino	12
1.3.1.1	Projeto Pedagógico de Curso (PPC).....	12
1.3.1.2	Programas especiais de formação pedagógica	14
1.3.2	Políticas de Extensão	15
1.3.3	Políticas de pós-graduação e pesquisa.....	18
1.3.3.1	Ensino de pós-graduação	18
1.3.3.2	Políticas de pesquisa, inovação e empreendedorismo	20
1.4	Responsabilidade social da IES.....	22
2.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO	22
2.1	Organização didático-pedagógica do ensino.....	22
2.1.1	Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas.....	23
2.2	Organização didático-pedagógica na pós-graduação.....	25

¹ Projeto Revisado em Outubro de 2020

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

1 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é parte integrante do PDI e deve manter com ele sintonia, no sentido de prover elementos que orientem a gestão do Centro Universitário para a consecução de seus objetivos. Para tanto, o PPI apresenta aspectos da realidade institucional, afirma princípios, diretrizes e compromissos a serem observados, além de apontar mecanismos que concorram para o avanço do trabalho desenvolvido no UNIFAE como um todo.

O PPI do UNIFAE está organizado em três grandes eixos: inserção regional, princípios filosóficos ético-metodológicos gerais e políticas acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. Ao longo do desenvolvimento dos mesmos, estão presentes aspectos políticos, teórico-metodológicos, organizacionais e éticos que devem orientar o trabalho pedagógico da IES, cumprindo uma das dimensões de sua missão que é formar profissionais competentes, cientes do alcance social de sua qualificação e que sejam capazes de atuar de forma ética, inclusiva e democrática na sociedade.

1.1 Inserção regional do UNIFAE

São João da Boa Vista é uma cidade de médio porte situada a 245 Km ao norte da Cidade de São Paulo, próxima à divisa do Estado de Minas Gerais na altura de Poços de Caldas, latitude de 21°58'09'' sul e longitude 46°47'53'' oeste, a 767 metros de altitude (Figura 1).



Figura 1: Localização de São João da Boa Vista no Estado de São Paulo

O município faz parte da Região Administrativa de Campinas e é sede da Microrregião de São João da Boa Vista (Figura 1). Abrange um território de 516,99km², dos quais a maior parte encontra-se na zona rural (396,65km²) e 119,34km² constitui o perímetro urbano, e deste estão urbanizados 34,9km² que abriga uma população estimada de 91.211 habitantes (IBGE, 2019).

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

Limita-se com os municípios de Aguai, Águas da Prata, Espírito Santo do Pinhal, Santo Antônio do Jardim e Vargem Grande do Sul no estado de São Paulo e Andradas no estado de Minas Gerais. O clima é tropical quente. As condições climáticas, com temperatura média de 28° C, máxima de 34°C e mínima de 5°C e a pluviosidade anual de 1.140 mm anuais.

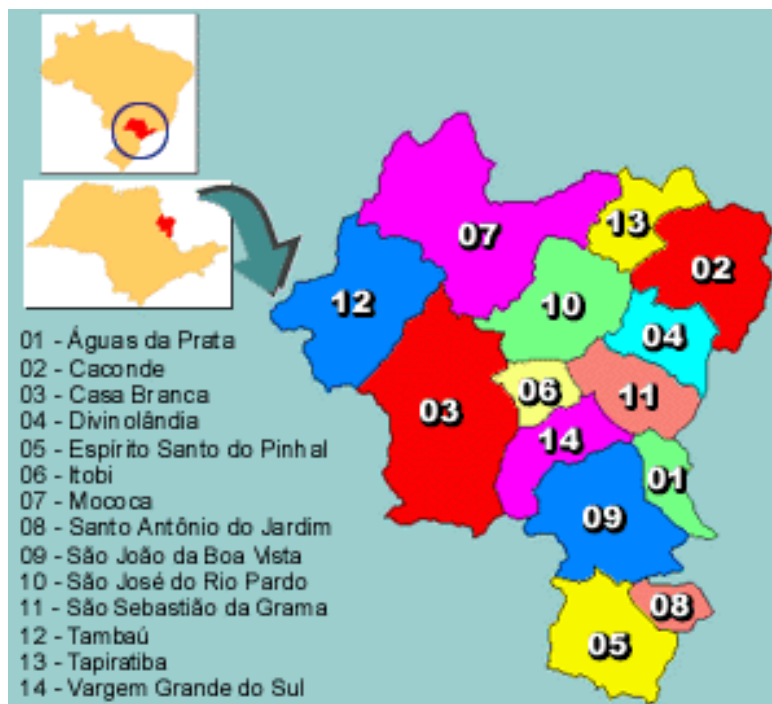


Figura 2: Micro Região de São João da Boa Vista no Estado de São Paulo

Segundo o IBGE (2019) tem uma população estimada para 2019 de 91211 pessoas, ocupando o ranking populacional em 86º no Estado de São Paulo, apresentando um crescimento demográfico de 9,05% no período compreendido entre 2010 e 2019. (TABELA 1).

Tabela 1: População / densidade

Ano	População Estimada	Densidade demográfica (hab/km ²)
2010	83.639	161,96
2019	91.211	176,62

Ainda segundo o IBGE, São João da Boa Vista a maior da região. Em segundo lugar da região está o município de Mococa com 68.885; e em seguida aparecem: São José do Rio Pardo (54.946); Espírito Santo do Pinhal (44.330); Vargem Grande do Sul (42.845); Aguai (36.305); Casa Branca (30.380); Caconde (18,985); Tapiratiba (12.960); São Sebastião da Gramma (12.182); Águas da Prata (8180).

São João da Boa Vista possui a quarta maior extensão territorial de sua micro região com 516 km², (10% da micro região), mas possui a maior população (20% da micro região) e

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

o maior PIB (24% da micro região). Esta condição confere ao município, não apenas a condição de sede política dentre as cidades, mas também a condição de núcleo demográfico e econômico, para onde parte da população dos municípios vizinhos aflui em busca de empregos, educação e tratamentos de saúde.

O IDH de São João da Boa Vista é o maior da microrregião. Com um setor industrial já consolidado, principalmente do subsetor de produtos minerais e metalúrgicos, 33% do PIB vem do setor industrial, São João está se tornando o novo polo de desenvolvimento da indústria aeronáutica. Através de incentivos fiscais, estão sendo instaladas empresas do segmento no distrito industrial.

Outro setor de destaque é o setor da agricultura, em especial na produção de café, feijão e milho. Apesar de ser o 174º maior produtor de cana do Estado de São Paulo, o município se destaca por abrigar uma grande usina. Localizada na Fazenda Lagoa Formosa, a Abengoa Bioenergia produz 145 ML anuais de Bioetanol. O setor de serviços também é destaque no cenário econômico.

A malha rodoviária formada pelas rodovias SP-344 e SP-342, escoam a produção agrícola e o facilita o deslocamento rápido para as regiões metropolitanas de Campinas, São Paulo e para o sul de Minas Gerais.

Centro gerador de cultura, São João da Boa Vista é referência nacional e internacional nos mais diferentes campos das artes e do conhecimento. Espaços como o centenário Teatro Municipal abrigam, anualmente, centenas de atividades artístico culturais. Também centenários veículos de comunicação, emissoras de rádio e TV, operadoras de TV a cabo, agências de publicidade e marketing constituem um importante segmento da sociedade. (Mais informações no site www.saojoao.sp.gov.br)

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

1.2 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais

Neste tópico são apresentados os princípios que norteiam as práticas acadêmicas da IES, visando ao desenvolvimento de diferentes níveis de formação dos indivíduos: princípios básicos de formação na graduação, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); elementos estruturais dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação; avaliação; estágios curriculares.

a) Princípios básicos de formação na graduação

Os cursos de graduação do UNIFAE, hoje, são oferecidos na modalidade presencial, mas há plano para que sejam ofertados cursos a distância ou ainda utilizar métodos de ensino não presencial na modalidade presencial. As orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais possibilitam uma organização curricular com relativa flexibilidade em relação às transformações científicas e sociais e à formação sintonizada com a realidade social, mas tal flexibilidade implica, necessariamente, considerar em todos os documentos e ações os quatro princípios norteadores da política de ensino do UNIFAE. São eles: articulação entre ensino, pesquisa e extensão; articulação entre teoria e prática; interdisciplinaridade; flexibilização curricular; ética.

Princípio I – Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão pressupõe um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendem a tradição das disciplinas. A defesa da prática como parte inerente, integrante e constituinte do questionamento sistemático, crítico e criativo, e da pesquisa como atitude cotidiana, como princípio científico e educativo, deve estar presente na própria concepção de prática educativa e pedagógica. A capacidade de contemplar o processo de produção e socialização do conhecimento, por meio da dimensão investigativa (pesquisa) e da abertura institucional ao meio externo (extensão), oportuniza uma nova referência para a dinâmica da relação docente-estudante, a qual, por sua vez, possibilita o desenho de um novo contexto para o processo dialógico e dialético de ensinar e aprender.

Princípio II – Articulação entre teoria e prática

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

A articulação entre teoria e prática pode ser compreendida como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita que os discentes se envolvam com problemas reais, tomem contato com seus diferentes aspectos e influenciem nas soluções dos problemas epistemológicos e práticos. Assim, o estudante sai da simples condição de mero receptor de informações e passa a sujeito da produção desse conhecimento.

Sabe-se que toda e qualquer *práxis* implica uma ação reflexiva, uma atividade de atuação consciente em que se delimitam planos de ação visando a determinados resultados. Deste modo, a *práxis* constitui uma das dimensões para a produção e socialização de conhecimentos, um exercício por meio do qual o discente poderá teorizar e analisar diferentes objetos de estudo sob a orientação de princípios teóricos e metodológicos cientificamente fundamentados.

É necessário superar a concepção de que a prática se limita ao estágio, que se restringe ao espaço das práticas profissionais previstas para uma determinada área. É necessário que o projeto pedagógico de cada curso adote, como respaldo primeiro, o conhecimento e a compreensão sobre o mundo contemporâneo e o respeito à missão da IES, a fim de que o estudante alcance uma autonomia intelectual.

Assim, a formação acadêmica, em sentido *lato*, deve se preocupar com o desenvolvimento integral do ser humano de modo a garantir sua inclusão na sociedade por meio do exercício da cidadania ativa e participativa, condição fundamental para a vivência da democracia. Isso significa conceber um projeto em permanente construção para propiciar o desenvolvimento de ações planejadas que deem vida ao fazer pedagógico no âmbito de cada curso de graduação.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que necessariamente tem uma dimensão teórica e prática, postulado que esse PPI defende, pressupõe um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendam a tradição das disciplinas.

Princípio III – Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade não nega a existência das disciplinas. Ao contrário, ela deve ser compreendida como estratégia de articulação dos domínios próprios de cada área, com a necessidade de alianças entre eles, no sentido de complementaridade e de cooperação para solucionar problemas, encontrando a melhor forma de responder aos desafios da complexidade da sociedade contemporânea.

A diversidade de componentes curriculares assume, então, a característica de viabilizar não apenas o projeto pedagógico específico do curso, mas também sua dimensão ética, valor fundamental na construção da autonomia do estudante capaz de saber pensar de modo sistemático, interdisciplinar e flexível. A interdisciplinaridade implica, portanto, em rever, quando da construção do projeto

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

pedagógico de cada curso, a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares, e assim reafirmar o diálogo entre as áreas do conhecimento, a ética e o trabalho coletivo e colaborativo.

Princípio VI – Flexibilização curricular²

A partir da realidade do UNIFAE, o projeto pedagógico de cada curso, no exercício de sua autonomia, deverá prever, entre os componentes curriculares, tempo livre, amplo e suficiente para permitir ao estudante incorporar outras formas de aprendizagem e formação social.

A flexibilização curricular não se esgota na ampliação da oferta de disciplinas eletivas nem se reduz ao aumento ou redução de carga horária de disciplinas ou de cursos, tampouco se limita à inclusão de atividades complementares no decurso formativo dos estudantes. A flexibilização se estende e se insere em toda a estruturação curricular, permitindo maior fluidez e dinamização na vida acadêmica. Ela exige que as mudanças na estrutura do currículo e na prática pedagógica estejam em consonância com os princípios e com as diretrizes do PPC, conjunto que deverá prever o apoio a iniciativas que promovam a interface entre as diversas áreas do conhecimento, buscando aproximar experiências e sujeitos oriundos dos diversos espaços intra e interinstitucionais.

A flexibilização curricular pressupõe, sobretudo, a revisão criteriosa da necessidade ou não de pré-requisitos em cada estruturação curricular, considerando a possibilidade do estudante organizar o seu currículo com maior autonomia e de buscar a própria direção de seu processo formativo.

A flexibilização curricular poderá ser operacionalizada em diferentes níveis: pelo arejamento do currículo; pelo respeito à individualidade no percurso de formação; pela utilização da modalidade da educação a distância; pela flexibilização das ações didático-pedagógicas, pela mobilidade ou intercâmbio estudantil; pela incorporação de experiências extracurriculares creditadas na formação; pela adoção de formas diferenciadas de organização curricular e pela previsão e oferta de atividades curriculares de extensão (ACE).

Princípio V – Ética

A ética é norteadora de toda a ação institucional, em todas as suas relações internas e com a sociedade. E, em especial, daquelas relativas ao processo de ensino e aprendizagem, à condução de pesquisas e à produção e socialização do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade.

b) Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Superando a concepção simplista e, por vezes equivocada, de que a pesquisa só ocorre na pós-graduação, o TCC, mais do que uma exigência legal, um componente curricular obrigatório que deva

² Flexibilização Curricular em fase de implantação.

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

exigir do discente a demonstração de sua capacidade criativa e habilidade na aplicação dos aspectos técnicos, práticos e pedagógicos do curso é, no UNIFAE, um grande motivador para a produção do conhecimento acerca da realidade.

A produção do TCC pressupõe a compreensão de que a análise dos problemas sociais presentes na realidade dos graduandos constitui-se importante elemento de formação e estímulo à iniciação na pesquisa. Desta forma, o TCC permite que o discente ultrapasse a ideia de mero depositário de informações obtidas ao longo do curso e assuma seu papel enquanto produtor de conhecimento.

Por meio do TCC o estudante é estimulado a sistematizar, registrar, refletir e apresentar conhecimentos técnicos, científicos e culturais produzidos como frutos de um trabalho de pesquisa, investigação científica ou extensão. No UNIFAE, a produção do TCC é visto como meio de estímulo à curiosidade acadêmico-científico, uma das molas propulsoras do progresso da ciência brasileira.

A carga horária do TCC, seu formato, meios de apresentação e demais normas constam do projeto pedagógico de cada curso.

c) Elementos estruturais dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação

O ordenamento curricular de cada curso de graduação poderá expressar-se por eixos, disciplinas, componentes curriculares, competências e objetivos, desde que atuem em consonância com os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação e com as diretrizes institucionais para a elaboração de PPCs. Assim, o projeto pedagógico de cada curso de graduação, além da clara concepção do curso em questão, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, deverá abranger, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

- Concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação as suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- Condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- Cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- Formas de realização da interdisciplinaridade;
- Modos da integração entre teoria e prática;
- Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- Modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- Incentivo à pesquisa e à extensão, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- Concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização;
- Concepção e composição das atividades complementares; e, inclusão obrigatória do Trabalho de Conclusão de Curso;

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

- Concepção e composição das atividades curriculares de extensão.

d) Avaliação

A avaliação é uma dimensão da gestão no sentido de possibilitar correções, reorientar práticas pedagógicas, refletir sobre os projetos pedagógicos, delimitar os obstáculos administrativos. Deste modo, ela precisa estar definida, de forma clara e objetiva no PPC que deverá prever, também, um tempo para o processo de autoavaliação do fazer pedagógico.

A avaliação é um mecanismo que contribui para as respostas dadas às demandas da sociedade e da comunidade científica e deve ser entendida como um processo amplo e coparticipativo, respeitando os critérios estabelecidos no regulamento geral dos cursos de graduação. O acompanhamento e a avaliação do processo ensino e aprendizagem deverão estar em consonância com a própria dinâmica curricular. A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos docentes e dos estudantes acerca do processo formativo.

A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica, burocrática e punitiva; ela deve ser diagnóstica, processual e formativa e manter coerência com todos os aspectos do planejamento e execução do PCC. Ela transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao PPC como dado que interfira consistentemente na ação pedagógica do curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere o UNIFAE.

A avaliação requer, portanto, por parte de todos os atores envolvidos com o processo educacional, uma permanente aferição avaliativa do PPC em relação aos fins pré-constituídos, às metas e às ações definidas. Assim, a avaliação deve ser percebida como movimento de reflexão sobre os constitutivos do processo de ensino e aprendizagem, do plano político- pedagógico e das atividades curriculares.

Neste contexto, a avaliação deve ser compreendida como uma reflexão crítica sobre a prática para ter como ponto de partida a possibilidade de novas estratégias de planejamento. Portanto, é um processo contínuo e democrático. Não deve visar exclusivamente ao resultado final e nunca ter caráter punitivo.

e) Estágios Curriculares

No UNIFAE, com base no que preconiza o § 2º do art. 1º da Lei nº 11.788/2008, “o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (BRASIL, 2008). A partir dessa orientação, a política de estágios está organizada em função de duas dimensões, a administrativa e a acadêmica.

Administrativamente, os estágios fundamentam-se, primeiramente, na formalização de acordos e convênios com diversas instituições de direito público e privado, assim como profissionais liberais que

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

comporão cadastro de campos de estágios.

Em conjunto com a regulamentação geral, determinada por meio de uma resolução geral dos estágios, formaliza-se o processo de acesso dos discentes aos campos de prática, com a garantia da contratação de seguros de acidentes pessoal e coletivo e da formalização de termos de compromisso de estágio que promovem a segurança tanto institucional quanto do estudante.

Complementando a dimensão administrativa da política de estágios do UNIFAE, tem-se o estabelecimento do Programa de Estágios Não Obrigatórios, que possibilita a contratação de estudantes para o desenvolvimento práticas de estágios no âmbito da administração do UNIFAE, formando assim uma via de mão dupla, na qual a IES pode contar a atuação de estudantes em processo de formação qualificada para atuar no suporte de sua estrutura administrativa, ao tempo que complementa e orienta a formação profissional do estudante, garantindo um ambiente de socialização de conhecimentos e de ampliação da aprendizagem em diversos espaços formativos.

Em termos acadêmicos, há o estabelecimento de normatizações dos cursos e a determinação para o estudante ir a campo de estágios, deverá ter cumprido uma carga horária e um conjunto de componentes curriculares mínimos que garantam o conhecimento básico sobre os ambientes de formação profissional que os estágios oferecem. Dessa forma, busca-se garantir que o estudante tenha conhecimentos e habilidades mínimas para aprender e se desenvolver enquanto profissional em formação.

Complementando ações acima, estão sendo instituídos os estágios obrigatórios, que visam oportunizar e disponibilizar campos de estágio dentro do UNIFAE em atendimento às necessidades dos cursos de graduação, em consonância com os PPCs e regulamentações estabelecidas internamente e externamente por meio dos órgãos gestores de gestão humana e de pessoas da esfera federal.

1.3 Políticas acadêmicas: ensino – pesquisa – extensão

1.3.1 Políticas de Ensino

Refletindo a concepção de que os saberes devem ser construídos através do questionamento sistemático e crítico da realidade, associado à intervenção inovadora dessa mesma realidade, a IES UNIFAE busca, em consonância com a LDB nº 9.394/1996, com o Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 13.005/2014, e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação (Parecer nº 67/2003-CNE/CES), pontuar, em linhas gerais, os elementos fundamentais que nortearão sua política de ensino no período 2016-2020.

1.3.1.1 Projeto Pedagógico de Curso (PPC)

O UNIFAE compreende que cada projeto pedagógico é único, pois os saberes a serem construídos e as circunstâncias de seu desenvolvimento constituem realidade única e específica. Entende

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

o projeto pedagógico não como um instrumento técnico-burocrático, descontextualizado, estruturado em torno de definições curriculares tradicionais, e sim como instrumento básico da gestão de ensino na graduação, como instrumento propulsor dos objetivos fundamentais do perfil profissional e intelectual que se pretende construir. Portanto, sua elaboração exige uma reflexão acerca da concepção e das finalidades da educação e sua relação com a sociedade, bem como uma reflexão aprofundada sobre o tipo de sujeito que se quer formar e de sociedade e mundo que se quer construir.

As orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação conferem aos seus respectivos colegiados ampla autonomia na elaboração de seus projetos e evidencia a intenção de garantir a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade das IES ao elaborarem suas propostas curriculares. Neste contexto, ciente de seu papel no desenvolvimento leste paulista e sul de Minas, todos os projetos de cursos do UNIFAE devem ser elaborados de forma participativa e incluir representantes de todos os segmentos envolvidos na organização do curso em diferentes espaços, como os colegiados e os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs). Os PPCs devem ter como base o PDI e o PPI, evidenciando, ainda, os seguintes princípios: indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão; interdisciplinaridade e articulação entre as diversas atividades desenvolvidas; flexibilização curricular; contextualização e criticidade dos conhecimentos; ações educativas com ênfase em uma IES socialmente referenciada por intermédio da curricularização das ações de extensão universitária; ética como orientação das ações educativas e prática de avaliação qualitativa, sistemática e processual do PPC.

Como instrumento de orientação para a gestão acadêmica, o Projeto Pedagógico de Curso deve ser uma ação coletiva, reflexiva, que pressupõe rupturas com o instituído e ao mesmo tempo a valorização da memória e da história da instituição. É mais do que a necessidade de responder a uma solicitação formal. É a reflexão e a contínua expressão das ideias sobre a IES e sua função social, sobre o curso, sobre a pesquisa e sua relação com o ensino, sobre a extensão e sua relação com o currículo e a comunidade externa, e sobre as estratégias que promoverão a desejada articulação entre pesquisa, ensino e extensão.

Nesse contexto, o PPC deve contemplar, com toda a clareza, a intencionalidade do curso, refletir sua imagem, criar sua identidade e delimitar o seu espaço de autonomia, definidos e resultantes de um processo de discussão coletiva. Em seu projeto pedagógico, cada curso deverá contemplar o perfil profissional e intelectual dos graduandos que pretende formar, em articulação com os conteúdos curriculares e com as habilitações ofertadas, se for o caso.

Projetar um curso exige ações mais complexas do que a descrição de conteúdos básicos e complementares em torno dos quais se organizam disciplinas e componentes curriculares, distribuídas ao longo de um determinado período. Assim, o PPC, expressão dos compromissos de formação assumidos por um grupo e coletividade, exige levantamento das condições institucionais e dos recursos necessários para sua elaboração e conseqüente implementação. Exige reportar-se aos desafios do campo de conhecimento profissional e à atribuição social da profissão; exige buscar, nas diversas dimensões curriculares, um novo papel para a ação docente e intelectual; exige buscar valores éticos e políticos fundamentais para o exercício da cidadania, da democracia e da responsabilidade social e coletiva.

Por fim, os projetos pedagógicos dos cursos de graduação do UNIFAE exigem preocupação

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

com a inovação na organização curricular, seja com relação à incorporação dos avanços tecnológicos, seja à integralização do curso ao perfil desejado do egresso e ao sistema educacional em sua totalidade. Esses projetos devem buscar a formação de um profissional e intelectual competente, socialmente crítico e responsável pelos destinos de uma sociedade que se deseja justa e verdadeiramente democrática.

1.3.1.2. Programas especiais de formação pedagógica

a) Programa de Formação Continuada em Docência Universitária:

O programa atua na oferta de ações formativas para os docentes do UNIFAE, ingressantes e estáveis, inclusive os que estão em atividade de gestão, coordenadores e diretores acadêmicos.

b) Programa Mobilidade Acadêmica Nacional

O Programa de Mobilidade Acadêmica Nacional é regido por convênio entre instituições federais de ensino, no âmbito da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM).

A mobilidade acadêmica é uma oportunidade para expandir o conhecimento intelectual e cultural do estudante da graduação, possibilitando-o vivenciar outras realidades e experiências que irão compor sua formação acadêmica e profissional.

c) Programa de Nivelamento Acadêmico

Ao longo dos últimos anos, através da análise de estatísticas próprias e estudos publicados por organismos nacionais, diagnosticou-se a existência de dificuldades em várias disciplinas advindas de problemas mais diversos, tais como: deficiência nos estudos de ensino básico e médio; longo tempo de afastamento da escola; suplência de ensino médio através de mecanismos oferecidos pelo governo entre outros, que acabam por influenciar na educação superior.

Desta forma, o UNIFAE visa, através de programa institucional de Nivelamento Acadêmico, fomentar apoio aos discentes e oportunizar aos estudantes da Instituição o acesso ao conhecimento básico em matemática, português e biologia básica. O objetivo principal da referida proposta é propiciar aos estudantes do UNIFAE revisão de conteúdo por meio de atividades que facilitem a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos.

d) Programa de Monitoria:

O Programa de Monitoria do UNIFAE é uma ação institucional direcionada à formação acadêmica do discente e à melhoria do processo de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação, envolvendo docentes e discentes na condição de orientadores e monitores, visando diminuir a evasão e a retenção e, conseqüentemente, melhorar os indicadores de sucesso da IES.

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

e) Programa de Tutoria:

O Programa de Tutoria visa o acompanhamento de estudantes recém-ingressos no UNIFAE, prestando assistência em disciplinas básicas dos seus cursos de graduação.

f) Programa de Estudo de Boas Práticas Pedagógicas

Através de um levantamento de boas práticas dentro da instituição de ensino, com os próprios docentes da casa, colhemos alguns elementos que podem nortear novas práticas pedagógicas, enriquecendo o processo de ensino e aprendizagem. Entendemos o saber experiencial como aquele que não provém das instituições de formação nem dos currículos. Não estão em doutrinas nem teses. São saberes práticos, dependentes da interpretação de cada docente e orientam sua prática. É a cultura docente e este não atua sozinho.

1.3.2. Políticas de Extensão

A inclusão da extensão como componente curricular obrigatório é uma política conquistada implantada no UNIFAE. Sem as ações extensionistas, corre-se o risco de repetição dos padrões conservadores e elitistas tradicionais, que reiteram a endogenia, abrem espaço para a mera mercantilização das atividades acadêmicas e, assim, impedem o cumprimento da missão da IES, como salienta a Política Nacional de Extensão.

É necessário recuperar o conceito de extensão universitária que, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre IES e outros setores da sociedade. Este conceito foi reiterado na Resolução nº 7/2018-CNE/CES¹¹, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 e dá outras providências.

Neste contexto formativo, as Atividades de Extensão incluem atividades configuradas como componentes curriculares que podem ser creditadas no histórico do/a discente de graduação na forma de projetos, cursos, eventos e produtos relacionados ao Programa de Extensão do UNIFAE, com ementa e objetivos formativos definidos nos PPCs.

Desta forma, no UNIFAE, cada curso deve propor, no mínimo, um programa de extensão, e, ligada a este, projetos, com duração de no mínimo um semestre, para que se garanta, por um lado, a continuidade das ações junto à comunidade, e por outro, o tempo pedagógico necessário para a troca de saberes e o compartilhamento de aprendizagens que a extensão proporciona na formação profissional.

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

É preciso considerar que a participação dos estudantes pode se dar em diferentes tipos de Atividades de Extensão:

Em projetos de extensão, coordenados por docentes ou técnicos-administrativos com formação em nível superior do UNIFAE, como participante ativo no desenvolvimento de todas as fases e ações, podendo ser bolsista ou não-bolsista.

1) Em cursos de extensão, ofertados para a comunidade, na elaboração e oferta do curso enquanto ministrante, para além da condição de participante.

2) Em eventos, na organização e realização, para além da condição de participante.

3) Na elaboração de produtos que tenham como objetivo o atendimento de uma necessidade da comunidade, instituição pública ou movimento social, planejando, elaborando e executando, junto a estes, o produto.

O que fundamenta, portanto, a participação dos estudantes nestas atividades, é sua condição de sujeito ativo que investiga, estuda, dialoga, planeja, propõe, avalia e, neste processo, apreende o conhecimento da sua área específica em um nível de complexidade e concreticidade condizente com as exigências e necessidades profissionais em uma sociedade com altos índices de desigualdade e, portanto, de marginalidade (no sentido de estar à margem) frente aos bens socialmente construídos que desenvolvem a humanidade nos indivíduos. Formar um profissional no UNIFAE deve significar não apenas domínio consistente técnico-científico-tecnológico de uma área; faz-se necessário também desenvolver uma visão comprometida com os dramas sociais do nosso tempo – um compromisso político com o atendimento de demandas candentes da sociedade – e com disseminação de valores humanísticos.

Postos estes elementos, fica explícita a função social da extensão no percurso de formação profissional dos discentes do UNIFAE, que deve desenvolver suas atividades prioritariamente junto aos movimentos sociais e à educação básica, por meio de programas e projetos que dialoguem com as necessidades postas e com o domínio do conhecimento dos sujeitos históricos envolvidos nas mesmas. Desta forma, a ideia de curricularizar e de creditar a extensão se assenta na necessidade de trazer para a formação profissional o domínio de um conhecimento que só é possível acessar por intermédio de ações que se desenvolvem em determinadas relações sociais e condições concretas de vida da população.

Quanto à curricularização/creditação da extensão, esta entra em consonância com a ideia de uma formação que toma como referência as problemáticas que a sociedade enfrenta na vida concreta. Assim, a extensão pode ser entendida como ação educativa de caráter coletivo, enriquecida com elementos da pesquisa e do ensino. Pretende-se com isso alterar o perfil de formação do estudante por meio das novas relações que se estabelecem entre este e as comunidades, movimentos sociais e instituições públicas, inclusive no nível da formação da personalidade, da visão de mundo, das análises críticas acerca da realidade.

A curricularização e a creditação da extensão imprimem também aos cursos uma nova dinâmica curricular, na qual os aspectos pedagógicos, o conhecimento específico e a direção política do processo

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

de formação mudam, considerando as problemáticas reais dos sujeitos históricos envolvidos, as quais passam a ocupar o centro do currículo, impulsionando novas discussões no ensino e novos objetos na pesquisa. Cabe ressaltar que não se trata de um pragmatismo e o consequente esvaziamento curricular. Trata-se de uma mudança de método, de modo a assegurar o domínio do conteúdo, do conhecimento sistemático, do conhecimento científico, que passa a ser enriquecido e movido frente aos dados concretos da realidade no diálogo com os agentes sociais.

Nesse contexto, é crucial diversificar a forma de participação dos estudantes nas ações de extensão (programas, projetos, cursos, eventos, elaboração de produtos e prestação de serviços). O estudante se constitui como agente ativo que analisa a realidade, identifica problemas, dialoga sobre/com eles, investiga possibilidades de atuação, estuda, planeja ações de forma coletiva e avalia seus resultados com uma reflexão científica e crítica, situada social e historicamente. As ações de extensão, como componentes curriculares obrigatórios, expressam uma mudança de paradigma no âmbito da formação profissional e na concepção de IES, que passa a ser, mais do que nunca, socialmente referenciada.

Também é importante ressaltar a necessidade do aspecto de continuidade nas ações de extensão. Uma questão recorrente das comunidades, movimentos sociais e instituições onde as atividades são desenvolvidas é a descontinuidade das ações extensionistas, além do caráter utilitário que por vezes assumem, limitando-se à coleta de dados, sem consequências práticas ou algum tipo de retorno acerca das investigações. Neste sentido, a curricularização e a creditação da extensão têm a potencialidade de deixar um legado social mais sistemático, organizado e profundo, sendo as Atividades de Extensão mantidas ao longo do percurso curricular, desenvolvidas prioritariamente em forma de projetos ao longo dos semestres. Desta forma, faz-se necessário manter ações de longo prazo, que contribuam no processo de formação profissional no UNIFAE, considerando, por um lado, o tempo pedagógico necessário para a apreensão do conhecimento por parte dos estudantes, e, por outro, a prática de um efetivo diálogo com a sociedade em torno das problemáticas reais.

Em síntese, o importante é que os programas e os projetos enfatizem a relação dos estudantes com as comunidades/movimentos sociais/instituições públicas, como prerrogativa para apropriação do conhecimento geral e específico de cada área, uma vez que o conhecimento científico existe na história para dar respostas aos grandes problemas que a humanidade vem se confrontando ao longo do tempo e, portanto, os cursos devem colocar em seu currículo este conteúdo emanado do real, que inclui os sujeitos e sua situação concreta de vida.

Além do exposto, no que se refere ao perfil dos servidores, é fundamental para a política de consolidação da extensão no UNIFAE que haja um diálogo com a Pró-Reitoria de Administração para valorizar a extensão nos processos avaliativos de ingresso e de desenvolvimento da carreira docente dos técnicos administrativos, delineando um novo perfil profissional que considere esse importante

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

aspecto da formação na IES, o que exige uma mudança paradigmática frente aos desafios sociais postos no atual momento histórico.

1.3.3 Políticas de pós-graduação e pesquisa

1.3.3.1. Ensino de pós-graduação

A política de pós-graduação do UNIFAE visa garantir sua expansão e consolidação, tendo no horizonte a internacionalização e o aprofundamento das relações com a graduação e o ensino básico. Todas as iniciativas na área da internacionalização da pós-graduação, no âmbito do UNIFAE, estão alinhadas com os preceitos e orientações da política nacional para difundir a produção científica, tecnológica e cultural de maneira a tornar transparente o conhecimento que permite o crescimento profissional e desenvolvimento da ciência e da tecnologia na região.

A pós-graduação se expandirá e se firmará por meio de ações que contribuam com a melhoria dos índices dos programas existentes e com a criação de novos programas em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional e nacional. Nesse sentido, desempenham importante papel os cursos e

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

programas de pós-graduação *stricto sensu*, incluindo mestrados e doutorados institucionais, e de pós-graduação *lato sensu*.

a) Pós-graduação *stricto sensu*:

A consolidação da pós-graduação *stricto sensu* do UNIFAE se dará pelo fortalecimento da interação entre os programas e o incentivo à iniciação científica, por meio do estímulo ao envolvimento de pesquisadores no processo de orientação a estudantes da graduação. É também primordial e fundamental para a excelência da pós-graduação o apoio à realização de colaborações técnico-científicas que possam resultar em convênios de cooperação, além da introdução de novas metodologias científicas no âmbito das linhas de pesquisas. Para isso, será ampliada a divulgação da oferta de editais que permitam a captação de recursos em diferentes órgãos de fomento.

Evidencia-se que a política da pós-graduação do UNIFAE toma por parâmetro as orientações da Capes, almejando o nível de excelência. Para alcançar a qualidade pretendida, serão considerados os indicadores de avaliação de desempenho da pós-graduação, tendo como referência os documentos de área da Capes.

Contribui também para a qualidade da pós-graduação a informatização da oferta das disciplinas e das matrículas dos estudantes em áreas correlatas, assim como a promoção do uso de tecnologias de informação e ensino a distância para desenvolvimento de cursos e outras atividades acadêmicas. Isto proporciona flexibilidade na formação dos pós-graduandos.

A criação de novos programas ou cursos de pós-graduação *stricto sensu* se dará a partir de núcleos consolidados de pesquisadores, proporcionando a interação entre as diferentes unidades do UNIFAE ou, quando necessário, por meio de ações interinstitucionais. Para tanto, deverá ser realizado um mapeamento das áreas definidas como prioritárias ou estratégicas pela Capes que apresentem potencial para contribuir com a expansão da pós-graduação *stricto sensu* no UNIFAE e para o desenvolvimento, local, regional e nacional.

b) A pós-graduação *lato sensu*:

O desenvolvimento de uma política institucional de pós-graduação *lato sensu*, contemplando cursos de especialização e residências de natureza multiprofissional, visa informatizar e aperfeiçoar os procedimentos de submissão de propostas e respectivos formulários, bem como assessorar as coordenações dos cursos, de forma a reduzir os prazos para emissão dos diplomas e regularizar o envio dos relatórios parciais e finais dos cursos.

O UNIFAE permitirá iniciativas abertas e fechadas de proposta de cursos, conforme resolução interna, em especial aquelas que potencializam o desenvolvimento do estado de São Paulo, que qualificam docentes da rede pública de ensino, que formam gestores públicos e profissionais da saúde e que promovam a diversidade e os direitos humanos. Estes cursos atendem demandas da sociedade, cada vez

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

mais ávida por formação continuada que focalize na formação de profissionais para a academia e para o mercado de trabalho.

1.3.3.2. Políticas de pesquisa, inovação e empreendedorismo

a) Pesquisa

O UNIFAE têm dado contribuições científicas, culturais e tecnológicas relevantes, entretanto, busca-se produção mais expressiva em periódicos nacionais e internacionais. Os esforços atuais visam ao desenvolvimento de programas e políticas que insiram a instituição nas redes globais de ensino superior. Especificamente, a questão de mobilidade acadêmica ganha relevo, seja com a ida de docentes e estudantes para outros locais do Brasil ou do exterior, seja com a recepção a pesquisadores de outras instituições nacionais ou internacionais. A ampliação da mobilidade acadêmica permitirá um melhor posicionamento do UNIFAE no cenário acadêmico nacional e mundial, ao mesmo tempo em que aumentará as possibilidades de desenvolvimento local. O processo de consolidação dos programas de colaboração e a garantia de um fluxo regular de estudantes e pesquisadores são medidas que permitirão não apenas a realização de projetos na fronteira do conhecimento científico, cultural e tecnológico, mas também o acesso a laboratórios modernos e a transferência de conhecimento para a implantação de novos laboratórios vinculados aos programas de pós-graduação do UNIFAE.

É intenção deste PPI que a inserção internacional do UNIFAE seja ampliada, promovendo o reconhecimento da excelência das atividades de pesquisa, inovação e empreendedorismo desenvolvidas na instituição. Especificamente, no âmbito da pesquisa, buscar-se-á:

- Estreitar vínculos com lideranças científicas internacionais por meio do apoio aos projetos de pesquisa, missões de trabalho de docentes e discentes no exterior, bolsas para docente visitante estrangeiro e bolsa de pós-doutorado para estudante estrangeiro no país. Com isso, pretende-se fortalecer laços com pesquisadores que ocupam posições de liderança científica, cultural e tecnológica, permitindo parcerias de médio e longo prazo;
- Aumentar o número de artigos publicados por docentes e discentes em periódicos avaliados no Qualis Estrato Superior (A1, A2, B1), de modo a aumentar a publicação docente em 30% e a discente em 60% em periódicos avaliados no Qualis Estrato Superior;
- Fortalecer os vínculos com lideranças científicas internacionais, por meio de missões de trabalho no UNIFAE de renomados pesquisadores que atuam nas instituições estrangeiras parceiras. Durante asmissões de trabalho no UNIFAE será ampliada a interação com docentes e discentes dos
- Buscar elaborar projetos com financiamento nacional ou internacional;
- Definir uma política de utilização e manutenção de equipamentos multiusuários de pesquisa adquiridos via projetos institucionais, tarefa que é imprescindível. Para tal, deve-se ampliar a divulgação da lista dos equipamentos adquiridos em projetos institucionais e o estabelecimento de regras e critérios de sua utilização. Além disso, serão criados programas de manutenção de equipamentos multiusuários de uso institucional.

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

b) Inovação e empreendedorismo

A política de inovação e empreendedorismo busca o fortalecimento de uma cultura empreendedora no ambiente interno da instituição. Nesse aspecto, pode ser vista como uma estratégia para o desenvolvimento de pesquisas com caráter inovador, com geração de patentes, com o intuito de aumentar a inserção do UNIFAE na solução de problemas postos pela sociedade, contribuindo para o desenvolvimento regional.

No que diz respeito à formação empreendedora, a cultura do empreendedorismo deve ser fomentada por meio do apoio à promoção de eventos, palestras e cursos de curta duração, visando tanto o público interno, estudantes e servidores do UNIFAE, bem como o público externo. É possível também articular o tema a disciplinas específicas, por exemplo, na pós-graduação e na graduação, quando cabível.

Está prevista a ampliação do processo de incubação de empresas no UNIFAE, com o incentivo e apoio à criação de incubadoras nas unidades fora da sede, dando a todos os seus servidores e estudantes a possibilidade de criar novos negócios no ambiente da IES.

A proteção da propriedade intelectual (PI) do UNIFAE vem sendo priorizada nos últimos anos. Ter uma prática de proteção do ativo intangível da IES deve ser uma ação contínua, com procedimentos transparentes, que favoreçam seus inventores e os motivem a produzir pesquisa inovadora e de qualidade. Para tanto, ações tais como cursos, palestras e seminários, que mostrem a necessidade de proteção desse ativo intangível, devem ser incentivadas e continuadas. O Centro de Inovação Tecnológica tem a responsabilidade da proteção intelectual do UNIFAE. Tal proteção inclui procedimentos de depósito e acompanhamento de patentes, registros diversos (marcas, softwares, cultivares, desenho industrial) e orientações quanto aos direitos de autoria. Com o crescimento dos programas de pós-graduação, aumento de estudantes envolvidos com bolsas e de convênios de parcerias IES-empresa, espera-se ano a ano um aumento no número de proteções intelectuais depositadas. Será preciso, portanto, consolidar os procedimentos administrativos e os modelos de documentos requeridos para a tramitação dos diversos processos.

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

1.4 Responsabilidade social da IES

A IES UNIFAE não se considera proprietária de um saber pronto e acabado que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, ao participar dessa sociedade, é sensível aos seus saberes, problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas próprias atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. Dessa forma, o UNIFAE almeja continuar sendo uma IES pública, de qualidade e socialmente referenciada.

Ser uma IES socialmente referenciada e com responsabilidade social compreende especial atenção aos movimentos sociais, seja do campo ou da cidade, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e de exclusão existentes na região. A ação cidadã e sociopolítica do UNIFAE não pode prescindir da efetiva socialização do conhecimento nela produzido. Portanto, as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica, são, também, consideradas sujeitos desse conhecimento, o que lhes assegura pleno direito de acesso às informações e produtos então resultantes das atividades desenvolvidas institucionalmente. Neste sentido, a prestação de serviços e ações é considerada produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, da pesquisa e da extensão. Ou seja, a ação institucional é, antes de tudo, um trabalho de cunho social, ou seja, uma ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social e à melhoria da qualidade de vida das populações. Nessa linha, destacam-se os serviços prestados à população por diferentes iniciativas como Ambulatório Médico, Clínicas de Fisioterapia, Odontologia, Enfermagem Psicologia, FAEJ, LabSoft, CETEP, Junior.com, dentre tantos outros que atendem diretamente a população do entorno da UNIFAE e a sociedade como um todo, com base em produtos e serviços oriundos de projetos e programas de ensino, extensão e pesquisa.

A atuação junto ao sistema de ensino público, seja nos cursos presenciais ou na EAD, constitui-se em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica, por meio de contribuições técnico-científicas e da colaboração na construção e difusão de valores éticos, políticos e humanos.

Ao final deste PPI, é importante ressaltar que a sua articulação e coerência com os objetivos e ações estratégicas do PDI UNIFAE 2016-2020 é condição precípua para a afirmação da identidade do UNIFAE como IES pública, que desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

2.1 Organização didático-pedagógica do ensino

No UNIFAE, a oferta acadêmica é realizada na modalidade presencial, permitindo o uso de novas ferramentas de interação, visando à potencialização da relação entre ensino e aprendizagem que envolve diferentes sujeitos que interagem diretamente.

Busca-se oportunizar a modalidade EAD para ofertar aos alunos maiores condições de acesso, de permanência e de qualificação para um quantitativo de estudantes que não se enquadrariam nas

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

condições tradicionais de oferta. Entretanto, a oferta prioritária dos cursos de graduação é na modalidade presencial, conforme reafirmado neste PDI e no registro institucional no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC) do Inep.

Ambas as modalidades encontram suporte em sistemas de tecnologia que favorecem a organização didática e as rotinas administrativo-pedagógicas dos cursos. No caso da graduação presencial, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) agrega os diários de classe das disciplinas atribuídas aos docentes a cada semestre. Os docentes interagem com o SEI, por exemplo, inserindo dados sobre planos de ensino, frequência, atas e notas. Os alunos, por seu turno, podem realizar matrícula, consultar e imprimir comprovantes e declarações, além de acompanhar as notas das avaliações.

Quanto à organização dos cursos de graduação, o UNIFAE adota o regime semestral. Na pós-graduação, além do regime semestral, são permitidos também outros regimes, desde que estejam definidos nos regimentos internos dos respectivos programas.

O ingresso no UNIFAE é efetivado por meio de processo seletivo, sendo a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o vestibular tradicionais os meios de seleção

O UNIFAE adota uma perspectiva de não produzir nenhuma vaga ociosa, utilizando, periodicamente, conforme o seu calendário acadêmico editais de transferência e de vestibular continuado.

A avaliação da aprendizagem individual do estudante em cada período, em cada disciplina ou módulo por ele experimentado, preserva a autonomia do docente, ao mesmo tempo em que estimula várias estratégias e oportunidades de sua constituição, enriquecendo o processo de ensino e aprendizagem.

2.1.1 Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas

Esta seção apresenta o plano para atendimento às diretrizes pedagógicas da instituição, estabelecendo os critérios gerais para definição de inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares; oportunidades diferenciadas de integralização curricular; atividades práticas e estágio; desenvolvimento de materiais pedagógicos; incorporação de avanços tecnológicos. Cada um desses aspectos será brevemente abordado a seguir:

a) Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares:

Planeja-se adotar, no exercício de sua autonomia, a incorporação a flexibilização curricular nos seus projetos pedagógicos, contemplando, para além da oferta de disciplinas eletivas, aumento ou redução de carga horária de disciplinas ou de cursos e inclusão de atividades complementares, de modo a permitir maior fluidez e dinamização na vida acadêmica dos estudantes. Aí se inclui a previsão, entre os

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

componentes curriculares, de tempo livre para permitir ao estudante incorporar outras formas de aprendizagem e formação social. Na direção da flexibilização, os cursos podem prever mudanças na estrutura, no conteúdo curricular e na prática pedagógica, em consonância com os princípios e com as diretrizes do PPC, visando à promoção de interface entre as diversas áreas do conhecimento e buscando aproximar experiências e sujeitos oriundos de diversos espaços intra e interinstitucionais. Também é possível prever a criação e incorporação de espaços interdisciplinares de formação pedagógica e acadêmica, sendo apropriada a revisão criteriosa da necessidade ou não de pré-requisitos em cada estruturação curricular, considerando a possibilidade de o estudante organizar o seu currículo com maior autonomia e buscar a própria direção de seu processo formativo.

A flexibilização curricular poderá ser operacionalizada segundo diferentes finalidades: racionalização do currículo; possibilidade de individualizar o percurso de formação; utilização da modalidade de ensino a distância; incorporação de experiências extracurriculares creditadas na formação por meio da curricularização da extensão; adoção de formas diferenciadas de organização curricular; flexibilização das ações didático-pedagógicas, além de programas de mobilidade ou de intercâmbio estudantil.

b) Oportunidades diferenciadas de integralização curricular:

A mobilidade é um dos instrumentos mais importantes para propiciar oportunidades diferenciadas na integralização curricular do UNIFAE. Por meio dela, os estudantes poderão integralizar disciplinas de outros cursos que façam parte ou não do elenco do seu currículo. No caso de não fazerem parte do currículo obrigatório do currículo, os estudantes aproveitam as disciplinas como atividades complementares, que são necessárias à integralização curricular. Esse processo busca, pela possibilidade de matrícula em disciplinas com vagas remanescentes em outros cursos, contribuir com a redução de suas vagas ociosas nos cursos da instituição.

A mobilidade estudantil interinstitucional nacional e internacional ocorre no UNIFAE por intermédio de convênios entre as IES e da adesão a programas específicos. Proporcionam mobilidade nacional o Convênio ABRUEM, por exemplo. Por esses meios, os estudantes de graduação de qualquer curso, regularmente matriculados e que tenham integralizado as disciplinas o 1º e 2º semestres letivos, podem deslocar-se temporariamente para outra instituição, sendo os créditos ali cursados devidamente reconhecidos.

A mobilidade interinstitucional internacional é coordenada pela Coordenadoria de Internacionalização, vinculada a PROEX, que tem a incumbência de operacionalizar programas, redes e convênios, envolvendo várias IESs internacionais.

c) Atividades práticas e estágio:

O estágio é atividade inerente à formação no ensino superior, constituindo parte integrante dos PPCs, que devem observar o que preconiza a Lei nº 11.788/2008, referências institucionais para essa

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

prática obrigatória, com carga horária e características previamente definidas. As atividades práticas, por sua vez, podem envolver visitas, experimentos, desenvolvimento de projetos, entre outros, que podem constar dos PPCs como ações sistemáticas dos cursos ou podem ocorrer em função da autonomia didática dos docentes.

Para a realização dos estágios, são formalizados acordos e convênios com diferentes instituições e/ou sujeitos, que se comprometem a garantir o caráter do estágio como espaço precípuo de aprendizagem profissional, o que requer a definição de atividades que a promovam e a garantia de constante acompanhamento da atuação dos estudantes. No UNIFAE, além dos estágios obrigatórios, os estudantes podem participar do Programa de Estágios Não Obrigatórios na próprio UNIFAE ou realizar estágios do gênero em outros estabelecimentos.

Para a realização de atividades práticas e de estágio, é preciso garantir que haja e supervisão e o conhecimento de docentes dos cursos, sejam eles supervisores de estágio ou ministrantes de disciplinas que desenvolvam ou prevejam atividades práticas. Além de essa conduta resguardar que a formação profissional esteja sendo devidamente orientada, é ela que dará sustentação ao tratamento de episódios que requeiram o uso de direitos de seguros de acidentes pessoal e coletivo, cuja formalização é obrigatória, especialmente no caso dos estágios.

Em qualquer situação, as atividades práticas e os estágios são espaços privilegiados de experimentação da relação entre teoria e prática e de conhecimento da realidade profissional dos graduandos.

d) Incorporação de avanços tecnológicos:

A implantação de plataforma de ensino e a capacitação dos docentes do UNIFAE para o uso das ferramentas da Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) têm sido pontos estruturantes para a transformação das aulas tradicionais, levando a IES para um novo patamar de interação.

Para essa consolidação, a IES tem atuado a partir de ações básicas preponderantes: a) a substituição dos seus sistemas informatizados acadêmicos e administrativos; b) reestruturação da rede lógica, em especial o aumento de velocidade e o alcance da rede, permitindo salas de aula com uma perspectiva mais eletrônica; c) necessidade de atualização dos desenvolvimentos tecnológicos demandados pela sociedade.

2.2 Organização didático-pedagógica na pós-graduação

O UNIFAE, em parceria com Institutos e Universidades, oferece cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, visando propiciar à comunidade o aprimoramento do conhecimento nas diversas áreas do saber que caracterizam seus cursos de graduação.

Ao definir os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu o UNIFAE prioriza como política acadêmica a correlação com os cursos de graduação, aprofundando e complementando os conhecimentos nas áreas de estudos em que atua, buscando atender também a interdisciplinaridade nos campos do saber assim como as

UNIFAE

Projeto Pedagógico Institucional

necessidades e demandas da região. Neste sentido, o UNIFAE, por meio da PROPEQ, propõe-se a oferecer cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, Especialização e MBA em parcerias com Institutos e Universidades ou de forma direta, pelo Centro Universitário, dependendo de estrutura operacional.

A PROPEQ mantém o Programa de Apoio à Participação em Eventos Acadêmicos e Científicos – PAPEAC, que objetiva a participação de docentes do UNIFAE em eventos acadêmicos e científicos nacionais e internacionais, compreendendo encontros, convenções, congressos e atividades afins.

As ações do Comitê de Ética em Pesquisa que trata do enquadramento dos projetos nos núcleos de pesquisa do Centro Universitário, com base na missão da Instituição, na ética e na bioética, também são coordenadas pela PROPEQ

Na intenção de socializar as pesquisas e estudos promovidos pelo UNIFAE, a IES se propõe a manter a publicação de um livro por ano, no mínimo, composto de artigos que abordam temáticas que compõem dos núcleos de pesquisa e em conformidade com os critérios definidos pelo Conselho Editorial e Comissão Organizadora. Em parceria com a PROGRAD propõe-se a divulgar trabalhos dos discentes de graduação e pós-graduação por meio de cadernos de estudos.

Propõe-se que os programas de pós-graduação sejam desenvolvidos em articulação com o ensino de graduação e extensão e por diferentes estratégias de educação continuada. Da mesma forma, as atividades de extensão universitária buscam aumentar a probabilidade de que as pessoas e as instituições utilizem, da melhor maneira possível, o conhecimento existente no UNIFAE.

Finalmente, cabe acompanhar e avaliar as contribuições que o Centro Universitário propicia para o desenvolvimento da sociedade local e regional, fazendo-se necessário, ainda, promover a extensão aberta à participação da população, visando a difusão do conhecimento nas diversas áreas do saber.